



1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

No dia 30 de janeiro de 2024, às 09h, deu-se início à 1ª Reunião Ordinária do CMDCA, realizada na Casa dos Conselhos, conforme lista de presença. A Mesa Diretora, composta pela Presidente Iris Rodrigues, o Vice-Presidente Robson André e a Secretária Sra. Gabriela Alves, saudaram os presentes e agradeceram pela participação. A Presidente Iris perguntou se todos estavam de acordo com a aprovação da 1ª Ata Ordinária e da Prestação de Contas do mês de dezembro e anual. A Sra. Cláudia observou um erro de digitação na prestação, o qual será corrigido, e ambos documentos foram aprovados. Dando seguimento à pauta, a Presidente abordou o tema da eleição do CMDCA e explicou que ela e nenhum representante de instituição fazem parte dessa comissão, para garantir transparência. Algumas indicações já foram recebidas, ficando à disposição dos presentes para verificação. A seguir, a palavra foi passada à Sra. Daniele, que explicou que o edital foi publicado ainda em 2024 para que os prazos fossem obedecidos, e que uma cópia do processo foi enviada ao Ministério Público. Em fevereiro, estão previstas duas reuniões: uma sobre a eleição da sociedade civil, visto que, caso o número de inscritos seja superior à quantidade de vagas, será realizada eleição. Posteriormente, ocorrerá a reunião de posse e a eleição da diretoria. Foi questionado quem poderá votar no dia da eleição, e a secretária respondeu que todos os novos integrantes do colegiado e todas as instituições habilitadas a concorrer às vagas no CMDCA poderão votar. O modelo de eleição “fechada” segue os padrões dos conselhos estadual e nacional. Perguntou-se se, no futuro, o conselho poderia abrir a votação para a população em geral, e a secretária afirmou desconhecer qualquer impedimento, esclarecendo que os municípios seguem as eleições conforme os modelos citados. O Sr. Israel perguntou sobre o processo de votação, e a Sra. Daniele explicou que seguirá o modelo da última gestão, em que o voto é secreto, mas isso não impede a participação das pessoas no acompanhamento. O Sr. Israel questionou novamente sobre a possibilidade de abrir a votação para toda a sociedade que desejar votar. A Sra. Daniele explicou que essa possibilidade precisaria ser estudada, pois, com base nas leituras feitas até a presente data, não foi identificado nenhum impedimento para isso. Geralmente, adota-se o modelo de pré-habilitação dos eleitores para facilitar o processo. A Sra. Núbia informou que, em São José dos Campos, a votação do Conselho da Juventude é aberta à população. A Sra. Daniele afirmou não conhecer nenhum conselho de Cruzeiro que adote esse formato, explicando que, geralmente, seguem o rito de publicidade, mas a votação é feita de forma fechada. A Sra. Gabriela considerou importante essa discussão e sugeriu levar essa possibilidade de alteração do formato para a comissão, a fim de que estudem a legalidade e as formas de implementação. A Sra. Íris afirmou que, para essa eleição, a alteração proposta é inviável. O Sr. Israel ressaltou ser importante que os conselheiros tutelares pudessem votar. A Sra. Íris destacou que a sugestão da Sra. Gabriela é válida, mas entende que, primeiramente, devemos seguir com o formato atual, e, com a nova composição do CMDCA formada, será possível estudar essa questão posteriormente. A Sra. Daniele destacou que, quando o edital foi publicado, ele previu a fase de impugnação, o que nos deu tempo para fazer os ajustes necessários, caso fosse preciso. Ela acredita que a discussão é relevante, mas é fundamental entender que não há um “cumpra-se” sem uma análise adequada. É importante que novas sugestões sejam trazidas, e, no próximo processo eleitoral, caso o colegiado entenda que o formato de votação aberta seja o melhor, ele será implementado e respeitado, visto que o poder de decisão sempre será do conselho. A Sra. Gabriela lembrou que a eleição do Conselho Tutelar exige muita disponibilidade e organização prévia dos conselheiros. A Sra. Daniele complementou, afirmando que temos essa dificuldade, pois a eleição do CMDCA ocorre no



início do ano, um período em que muitos membros estão de férias, o que acaba impactando nas tratativas. Ela também enfatizou que o modelo do edital foi encaminhado ao Ministério Público, que é o órgão responsável por acompanhar o processo, e até o momento não tivemos questionamentos sobre o documento. A Sra. Daniele acredita que seria importante que os convidados presentes, estudassem as resoluções dos conselhos estadual e nacional, para que, ao contribuírem com sugestões, pudessem ter embasamento legal. Ela também explicou que a eleição aberta demanda muita dedicação, o que acaba impactando o trabalho dos conselheiros. A Sra. Íris ressaltou que toda contribuição é importante, e que é imprescindível termos parâmetros legais a serem seguidos. A Sra. Núbia perguntou se as instituições habilitadas a votar têm alguma correlação com o recebimento de recursos. A resposta foi que não, a única exigência é que a inscrição no CMDCA esteja ativa. A próxima pauta tratou dos informes da reunião da Casa dos Conselhos, na qual o Robson tem participado, representando a Presidente Íris. O Sr. Robson explicou que o Presidente da Casa, o Sr. Robert, tem reafirmado a importância da união dos conselhos para aumentar a visibilidade, acreditando que, juntos, os conselhos têm mais força. Ele também mencionou que participou de um evento promovido pelo COMTUR, considerado de grande relevância, no qual estavam presentes vários representantes de empresas, comércio e poder público. O objetivo desse encontro foi promover o diálogo entre os diversos setores, buscando contribuir com o turismo de Cruzeiro. Outra mudança no formato das reuniões é que agora as pautas serão definidas por dois conselhos, e uma das pautas a serem tratadas pelo CMDCA será a divulgação da destinação do Imposto de Renda. O Presidente do FUMDICAD também mencionou as parcerias com o Conselho do Idoso, pois a destinação de 3% dos recursos é destinada a cada conselho, e, caso consigamos realizar uma ação conjunta, isso poderia contribuir com o alcance dos destinatários. Outro evento importante que irá acontecer é o Bengala Verde. A Sra. Ana Cristina, conselheira do CMDCA e também conselheira do Conselho da Pessoa com Deficiência, complementou as informações e solicitou que as pessoas interessadas em participar se inscrevessem. Ela pediu, ainda, que os participantes que pudessem contribuírem com o café que será servido no evento. A Sra. Daniele perguntou ao Sr. Robson, a respeito das pautas das reuniões da Casa dos Conselhos, que agora terão dois conselhos por reunião levando seus assuntos, se haveria a possibilidade de outros conselhos, que não estão na pauta, também levarem seus assuntos necessários. O Sr. Robson explicou que essa proposta visa apenas delimitar os assuntos, pois todos os conselhos presentes têm direito à fala. O objetivo, portanto, é otimizar o tempo. Em relação à questão do FUMDICAD e à necessidade de formar uma nova comissão para a divulgação do fundo, a Secretaria explicou que tem feito alguns posts informativos de incentivo à destinação, os quais têm sido publicados nas mídias sociais, como Instagram e Facebook. Recentemente, a primeira-dama e secretária da pasta da Mulher e Direitos Humanos esteve na Casa dos Conselhos e, na oportunidade, discutiu a questão dos recursos provenientes da dedução fiscal. Ela considerou essencial a contribuição do poder público na divulgação e se disponibilizou a compartilhar os posts nas mídias, bem como a colaborar com as articulações com os setores de imprensa, para que sejam produzidas artes, postagens oficiais, vídeos e outras estratégias definidas pela comissão. A nova comissão, composta pelos seguintes membros: Gabriela Alves, Marcelo Fonseca, Sérgio, Robson, Íris, Claudia e Tânia, foi formada para atuar nessa área. A Sra. Gabriela lembrou que, durante a capacitação ministrada pela Sra. Edirlene, foi mencionado que, na cidade onde ela reside, as empresas descontam diretamente do salário dos funcionários as destinações do imposto de renda. A Sra. Daniele informou que há algumas tramitações no Congresso para regulamentar essa questão. Ela lembrou que, antigamente, quando o banco Santander era utilizado, o conselho disponibilizava boletos bancários para que os funcionários de algumas empresas fizessem as destinações diretamente para as instituições. Porém, quando o banco foi alterado para o Banco do Brasil, houve um custo para a emissão dos boletos, e o preenchimento formal dificultou a contribuição. A Sra.



Daniele mencionou ser importante estabelecer contato com as cooperativas médicas, citando a CentralMed. O Sr. Marcelo se dispôs a contribuir com os contatos necessários. Também foi lembrado o evento "Contadores do Futuro", que foi realizado por dois anos consecutivos, mas, infelizmente, não obteve os resultados esperados, inclusive tivemos uma diminuição da arrecadação. O Sr. Robson mencionou algumas ações de divulgação que poderão ser organizadas pela comissão. O próximo assunto da pauta foi sobre a reunião com a Vigilância Sanitária. O motivo desse encontro foi a pendência de um documento do Instituto Ana Ribeiro de Almeida. A Sra. Íris destacou que, para muitos membros da comissão, a questão do alvará estava correlacionada às questões de alimentação, ou seja, para as instituições que serviam lanche era necessário o documento, enquanto para as demais era fornecida a dispensa do documento, expedida pelo órgão competente. No entanto, durante a reunião em que a Sra. Íris e o Sr. Robson participaram, a representante do órgão explicou que as certificações seguem as normativas da portaria vigente, sendo atreladas a questões da área da saúde. Foi enfatizado que, ao cadastrarem o CNAE, as instituições devem se atentar às especificações de cada item, pois a vigilância sanitária segue como parâmetro o CNAE, e muitas instituições, ao pensarem em atividades futuras, acrescentam vários CNAEs, o que obriga o cumprimento de uma série de exigências. A Sra. Íris explicou que as atividades esportivas também são fiscalizadas devido ao fato de envolverem bebedouros, sanitários e outras infraestruturas. A vigilância sanitária é sempre responsável por expedir os documentos. A Sra. Gabriela perguntou se será necessário realizar uma reanálise das instituições, e o Sr. Robson explicou que as organizações seguirão com a renovação conforme os documentos da resolução. Sobre o Instituto Ana Ribeiro e Almeida, a Presidente Íris repassou as informações recebidas durante a reunião na Vigilância. A Sra. Daniele ressaltou que, segundo as informações, a instituição teve atraso na regulamentação porque depende da colaboração de voluntários para elaborar o projeto arquitetônico. A Sra. Íris enfatizou que a vigilância sanitária é a responsável por emitir o alvará ou a declaração de isenção, e a comissão que avalia a documentação dos pedidos de inscrição e renovação. O sr. Robson informou que não poderão aceitar a entrega de protocolo. A próxima pauta tratou sobre o ofício recebido do Ministério Público. O ofício foi lido para os presentes e refere-se ao pedido de informações sobre as instituições que estão sem cadastro de renovação no CMDCA e aquelas que solicitaram inscrição, mas não concluíram o processo. No documento, é citada a abertura de um inquérito civil. A Sra. Daniele explicou que o processo de inscrição não tem prazo para ser solicitado, enquanto o processo de renovação é feito anualmente, até o dia 30 no mês de abril. Foi sugerido pela Secretaria que o Conselho Tutelar enviasse o relatório de visitas, o que talvez desse embasamento à devolutiva para o Ministério Público. A Sra. Daniele pediu um relatório resumido, mas enfatizou que o relatório não deve ser apenas um check-list; é necessário incluir um parecer de conclusão da visita. A Sra. Núbia explicou que eles possuem apenas o check-list e que solicitará o escaneamento e o envio. A próxima pauta tratou sobre a escuta especializada e a revelação espontânea. A Secretaria explicou que, apesar do tempo apertado, a Prefeitura seguiu com os prazos de liberação do recurso, porém houve um problema com a autorização devido à troca de aparelho celular do presidente do fundo. Depois que esse problema foi resolvido, o repasse foi feito para a empresa. Com relação às vagas, a capacitadora se disponibilizou a atender um número superior ao contratado, pois acredita que encontros com um número menor de pessoas têm maior aproveitamento. O CMDCA precisará definir a quantidade de vagas para cada órgão. A Sra. Letícia, do PAS da Infância, entrou em contato informando que tem interesse em participar. A Secretaria explicou que o valor do lanche está incluso, sendo este de R\$ 1.000,00, pois foi pensado em algo simples. A Sra. Núbia destacou a importância da participação dos profissionais da educação. A Sra. Gabriela perguntou se existe a possibilidade de quem fizer a capacitação pela educação municipal de multiplicar as informações para as escolas estaduais e privadas. A Sra. Ana Cristina acredita ser difícil essa possibilidade. A Secretaria se



comprometeu a fazer um esboço da distribuição de vagas e enviá-lo ao grupo de conselheiros para definição. A Sra. Núbia explicou que, em muitas situações de violência, as escolas particulares não tomam as devidas providências e não acionam o Conselho Tutelar. O próximo assunto não estava na pauta, mas o Conselho recebeu a resposta de um ofício da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social- SEAS sobre o atendimento de alta complexidade da proteção social especial, com relação aos recursos das parcerias e à capacitação das cuidadoras e técnicos da instituição. A Sra. Íris pediu para a Sra. Natália e o Sr. Tadeu complementarem as informações, se necessário. Atualmente, o recurso mensal é de R\$ 112.916,00. A Sra. Íris pediu para a Sra. Natália esclarecer, e ela respondeu à Presidente, perguntando qual era a dúvida. A Sra. Daniele explicou que, na penúltima reunião do ano de 2024, o Conselho Tutelar trouxe uma demanda sobre o alto índice de adolescentes fugindo da casa lar e outros problemas recorrentes envolvendo os acolhidos. Não tivemos tempo de organizar essa reunião formalmente, pois a situação chegou na véspera da reunião ordinária de novembro. Durante a reunião com representantes do CMDCA, Conselho Tutelar e Casa Lar, esses problemas foram discutidos. Durante a conversa, um dos assuntos abordados pela Sra. Daniele foi a questão do monitoramento da parceria, no sentido de que, quando ocorre o recebimento de recursos, o órgão responsável faz toda a fiscalização e o acompanhamento do serviço. Pelo fato de haver rotatividade de funcionários, isso poderia impactar diretamente os atendidos. Observou-se que, quando o vínculo com a família do acolhido é rompido, e ele é acolhido, é realizado todo o processo de convivência. Quando esses acolhidos estabelecem vínculo com algum funcionário e esse, por algum motivo, sai, a preocupação do Conselho foi nesse sentido. Segundo informações não oficiais, o salário dos funcionários é baixo, dado o trabalho complexo, o que pode impactar nesse serviço. Isso gerou dúvidas sobre se o recurso que a instituição recebe é suficiente para pagar um salário melhor para os funcionários. A Sra. Natália explicou que, desse montante que a instituição recebe, mais de R\$ 70.000,00 são destinados exclusivamente para despesas com funcionários, e o restante abrange todas as despesas, como aluguéis, manutenção, despesas fixas, combustível e alimentação. Atualmente, a Casa Lar está com 23 acolhidos, mas já chegou a ter 38. Dessas 23, 7 crianças têm deficiência e receberam recentemente bebês. Dentre as deficiências mencionadas, estão as deficiências físicas, as deficiências intelectuais e os transtornos psiquiátricos, que demandam mais cuidados, o que impossibilita a redução do número de funcionários. Inclusive, uma das adolescentes esteve internada em um hospital psiquiátrico, e, devido a isso, foi necessário que as cuidadoras se revezassem entre os turnos, 24 horas por dia, sendo a instituição também responsável pelo transporte dessas profissionais. A Sra. Natália reconheceu que o valor do repasse da parceria poderia ser maior, porém, no momento, isso é impossível devido aos recursos disponíveis. Ela explicou que, durante o período de acolhimento, o perfil dos adolescentes era semelhante. Geralmente, a prática de fuga envolvia sete adolescentes. Dois deles foram criados nas ruas e já estavam acostumados a viver dessa forma. Outros três irmãos, quando ainda residiam com os familiares, também tinham o hábito de fugir, e isso, infelizmente, não foi diferente na Casa Lar. Alguns fugiam por questões relacionadas à drogadição, como o uso de álcool e drogas, e, durante o período de abstinência, escapavam. Também houve casos de adolescentes se envolvendo sexualmente com pessoas fora da casa lar, inclusive apresentaram doenças sexualmente transmissíveis. A Sra. Daniele esclareceu que o valor da parceria é indiferente para o CMDCA, uma vez que a entidade não tem atribuição para fazer esse tipo de fiscalização. A dúvida surgiu no contexto que foi explicado anteriormente. A Sra. Natália informou que a SEAS faz o acompanhamento de todas as parcerias firmadas, incluindo algumas que têm reuniões fixas de acompanhamento. Em relação ao acolhimento, é realizada toda a verificação com a equipe técnica do CREAS, não apenas dos acolhidos, mas também das famílias. A Sra. Daniele destacou que o pedido de informações não se referia ao valor recebido, pois todos sabem que a Sra. Beatriz, contadora da SEAS, é quem faz esse tipo de verificação e que todos



reconhecem a competência dela. A questão abordada foi sobre o monitoramento do serviço, se a Secretaria acompanha a rotatividade de funcionários e se realmente há uma rotatividade alta entre eles. A Sra. Íris perguntou se os adolescentes que fugiam ainda estão acolhidos. A Sra. Natália respondeu que alguns saíram e, inclusive, neste ano não houve nenhuma ocorrência relacionada a esse problema. A Sra. Daniele reforçou que essa questão da Casa Lar não se tratava de um apontamento sobre os recursos recebidos, mas apenas uma tentativa de obter informações sobre o acompanhamento realizado pela SEAS em relação ao serviço prestado. A Sra. Natália explicou que algumas cuidadoras foram desligadas devido ao perfil incompatível com o serviço. Por ser de alta complexidade, as profissionais precisam estar alinhadas com as exigências do trabalho. Ela também mencionou que algumas saídas ocorreram devido à indisciplina dos adolescentes, com situações envolvendo ofensas e até agressões físicas. A Sra. Daniele perguntou se é oferecido apoio psicológico aos profissionais, considerando a natureza exigente do trabalho. Sobre a questão da capacitação, a Sra. Gabriela salientou que, durante a reunião de novembro, foi perguntado às profissionais da Casa Lar como é feito esse processo. Elas responderam que realizam instruções de serviço de acordo com as funções, mas isso foi discutido como sendo apenas uma ambientação. A Sra. Daniele lembrou que, conforme o ECA, está prevista a capacitação contínua para os profissionais e, se não estiver enganada, o órgão responsável deveria fornecer esse tipo de conhecimento. A Sra. Natália explicou que as profissionais costumam passar as instruções. A Sra. Gabriela disse que recebeu essa informação, mas talvez, se esse formato fosse realizado por profissionais externos ao cotidiano da instituição, poderia ser mais eficaz para o aprendizado. A Sra. Natália esclareceu que, atualmente, a Casa Lar possui técnicos com vasta experiência nas atividades, e, geralmente, são eles que escolhem o perfil das novas cuidadoras. A Sra. Tânia destacou a importância de cuidar dos cuidadores. A Sra. Gabriela lembrou que, durante a reunião, uma das profissionais da Casa Lar mencionou que, ao chegarem em casa, elas têm dificuldades devido aos problemas e das situações vividas no dia a dia. Ela destacou que as crianças que chegam à Casa Lar carregam muitos traumas. A Sra. Daniele relembrou que, na reunião, foi discutida a questão da correção. Muitos pais, quando seus filhos desobedecem, corrigem com broncas severas. No entanto, nas Casas Lar, as cuidadoras precisam ter muita paciência, pois, para o acolhido, até mesmo um simples "não" pode ser interpretado como falta de afeto e amor. A Sra. Gabriela também recordou o dia em que o Conselho Tutelar trouxe a situação para o CMDCA, mencionando relatos de adolescentes que se sentiam ofendidos e desamparados, principalmente por falta de afeto das cuidadoras. A Sra. Natália pediu que todos tivessem cautela ao tratar de denúncias, citando o caso de uma criança sendo transportada no porta-malas de um carro, sendo que o modelo do veículo possui sete lugares e dois assentos na parte de trás. Outra denúncia que não procedia era a de que um jovem chamado Erick, pastor, estaria agredindo os acolhidos, quando, na verdade, esse "Erick" era um adolescente acolhido que havia se envolvido em uma briga na Casa Lar. A Sra. Natália pediu cautela ao receber e repassar denúncias. Ela também explicou que a equipe técnica da Casa Lar faz o acompanhamento das correções dentro da instituição. A Sra. Núbia mencionou que alguns adolescentes maltratam as cuidadoras. A Sra. Íris explicou que muitos desses adolescentes têm um histórico de extrema violência e dificuldades durante a infância, e acabam refletindo isso em seus comportamentos dentro da instituição. Ela acredita que os adolescentes não agem de forma indisciplinada por querer, mas sim por serem vítimas de uma vida de sofrimento e traumas. Eles precisam, muitas vezes, expressar e externar esse sofrimento que vivenciaram ao longo dos anos. A Sra. Núbia informou que, na Casa Lar, os acolhidos recebem atendimento psicológico. A Sra. Íris destacou que, independentemente de quão complexa seja a situação, ela sempre defenderá os direitos da criança e do adolescente. A Sra. Natália relatou um caso específico de indisciplina, explicando que o adolescente envolvido foi encaminhado para a Fundação Casa. A Sra. Íris comentou que esses jovens carregam uma grande carga emocional



das dificuldades que enfrentaram. Ela também destacou que, embora as correções sejam necessárias, esses adolescentes, muitas vezes, são vítimas da sociedade, especialmente quando são negros, pobres e vulneráveis. A Sra. Íris enfatizou que é fundamental levar em consideração o histórico dos adolescentes e que, no que se refere às cuidadoras, é preciso oferecer o devido cuidado e apoio. A Sra. Natália concluiu dizendo que essa questão não se limita apenas aos cuidadores, é preciso ter essa atenção aos técnicos da assistência social e a todos os profissionais envolvidos no trabalho com as instituições. A Sra. Íris compreendeu que todos precisam estar alinhados e ser cuidadosos ao lidar com essas questões, a fim de garantir o melhor atendimento aos acolhidos e a todos os envolvidos. A Sra. Tânia trouxe uma reflexão sobre o histórico de marginalização das pessoas negras. Destacou que, muitas vezes, é o próprio Estado quem viola os direitos de crianças e adolescentes. Ela ressaltou que todos estão adoecendo, mas que as questões envolvidas são complexas. A Sra. Núbia, por sua vez, mencionou que existem muitos casos de sucesso, em que adolescentes que completaram 18 anos e saíram da Casa Lar estão bem-sucedidos. A Sra. Natália destacou que, apesar do histórico familiar difícil, muitos jovens não têm interesse em mudar, e por isso não conseguem ser oferecidos meios para transformar suas realidades. Ela citou o caso de um adolescente que optou por ser traficante, e, mesmo com ameaças de morte, o apoio que a instituição oferece tem seus limites. A Sra. Íris ressaltou que, o excelente trabalho que a Casa Lar realiza, mas por se tratar de um atendimento de alta complexidade, ainda há muito a ser feito nesse processo. A Sra. Núbia pediu a palavra para falar sobre a Guarda Mirim de Cruzeiro, explicando que o público atendido é vulnerável, com preferência do Conselho Tutelar e dos equipamentos da assistência social. Contudo, esses jovens precisam da escola estadual para poder cursar o ensino e cumprir a carga horária do curso e do local de trabalho. No entanto, devido à dificuldade em conseguir vagas em horários noturnos, muitos desses jovens não continuarão no programa. Alguns optam por pagar o ensino médio noturno para garantir a vaga no programa de aprendizagem. Ela destacou resistência da Secretaria de Educação do estado em estender a oferta de vagas no período noturno, temendo que isso leve à evasão dos aprendizes ou que o público seja direcionado para uma área não vulnerável. A Sra. Núbia perguntou se o CMDCA poderia contribuir de alguma forma. Os conselheiros lembraram que, quando o Sr. Antônio Pasim se reuniu com o CMDCA, discutiu essa questão das vagas nas escolas e que ele estava verificando essas questões na época. A Sra. Daniele complementou, explicando que a questão da aprendizagem está, infelizmente, atrelada ao governo federal, o que acaba gerando incompatibilidade de horários, já que o ensino médio é integral. O último assunto abordado foi um documento que chegou ao Conselho Tutelar. Uma família procurou o órgão apresentando um papel com a logo do CMDCA, informando sobre uma denúncia recebida pelo Conselho. No entanto, o documento não havia sido expedido pelo CMDCA, e a assinatura não era da presidente do Conselho. Diante da dúvida, a conselheira Núbia ligou para a Sra. Daniele, que confirmou que o documento não havia sido emitido pelo órgão. A Sra. Daniele solicitou que o caso fosse formalmente enviado ao CMDCA para que fosse feito um boletim de ocorrência, e, após a reunião, a Delegacia seria acionada. Nada a mais a tratar, a reunião foi encerrada.

Iris Rodrigues dos Santos
Presidente do CMDCA

Daniele E. Nunes Ferreira
Secretária do CMDCA

Publique-se, inclusive sob a forma de fixação no átrio da Casa dos Conselhos; registre-se e arquite-se em atendimento ao princípio da publicidade dos atos administrativos e em observância aos preceitos contidos na Lei Orgânica Municipal. Em 30/01/2025.